

O MERCOSUL E A EDUCAÇÃO SUPERIOR: QUAL INTEGRAÇÃO?¹

MERCOSUL AND HIGHER EDUCATION: WHICH INTEGRATION?

Mário Luiz Neves de Azevedo
mlnazevedo@uem.br

RESUMO: Este artigo aborda o processo de integração dos sistemas de educação superior no Mercosul e problematiza a possível convergência dos campos acadêmicos nacionais para um campo de educação superior regional na região. Para tanto, recupera o histórico de integração regional no Mercosul, com especial atenção ao Mercosul Educativo. Ao final, tomando em conta a iniciativa de Bolonha (processo europeu de integração) e o papel da avaliação e da acreditação no contexto da integração, faz algumas considerações sobre as possibilidades para o Mercosul.

PALAVRAS-CHAVE: integração regional; Mercosul Educativo; internacionalização da educação superior.

ABSTRACT: This article tackles the process of integration of the systems of Higher Education in Mercosul and questions the possible convergence of the national academic campi for a regional Higher Education campus in the region. For this reason it revisits the history of regional integration in Mercosul, with special attention to the Mercosul Educational. At the end, considering the initiative of Bologna (European process of integration) and the purpose of the evaluation and accreditation in the context of the integration makes some considerations on the possibilities for the Mercosul.

KEY WORDS: regional integration; Mercosul Educativo; internationalization of Higher Education.

Introdução

A educação superior é um setor estratégico para o desenvolvimento e, à maneira de um conjunto de atores sociais que se relacionam com regras reconhecidas, pode ser tratado como um campo social. Além disso, a educação superior está afeita aos

¹ Versão preliminar deste texto foi publicado em livro organizado pela Prof^a. Eliza Bartolozzi Ferreira (UFES) e Dalila Andrade Oliveira (UFMG), da Editora Autêntica.

movimentos de internacionalização e de integração regional, tornando-se, nesse sentido, indispensável e relevante a qualquer processo de formação de blocos regionais², a exemplo do Mercosul.

A Comissão Regional Coordenadora de Educação Superior (CRC-ES) do Mercosul³, potencialmente, é uma instância comunitária indutora de reformas dos sistemas nacionais de educação superior, visando a comparabilidade, o reconhecimento de créditos e a mobilidade acadêmica entre os distintos sistemas nacionais de educação superior⁴.

Entretanto, no Mercosul, apesar da profusão de documentos assinados (tratados, convenções e resoluções), pouco tem se avançado para a integração dos sistemas nacionais/federais de educação superior com vistas a um espaço compartilhado de formação acadêmica e de pesquisa. Em nível de graduação, até o momento, dois programas comunitários estão sendo promovidos, o Mecanismo Experimental de Credenciamento (MEXA), direcionados aos Cursos de Graduação em Agronomia, Engenharia, Medicina, Odontologia, Veterinária e Arquitetura, e o Programa de Mobilidade Acadêmica Regional em Cursos Acreditados (MARCA)⁵.

Desafio complementar para os países que compõem o Mercosul , paradoxalmente , é o de promover a integração nacional de seus próprios sistemas de educação superior⁶ a fim de, com maior capacidade política, conseguir a formação de um espaço

² Regional aqui tem o sentido de bloco de países e não de um espaço ou entidade sub-nacional.

³ O Mercosul (Mercado Comum do Sul) é constituído por quatro Estados Parte (Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai), que assinaram o Tratado de Assunção em 26.03.1991. A Bolívia (1997), Chile (1996), Colômbia (2004), Equador (2004), Peru (2003) e Venezuela (2004) são países associados ao Mercosul, sendo que a Venezuela está próxima de se tornar parte efetiva do Mercosul, faltando apenas a aprovação dos parlamentos do Brasil e do Paraguai.

⁴ Preservadas as proporções, o Processo de Bolonha, similarmente, é um movimento político de integração dos diversos sistemas de educação superior europeus. Trata-se de um “processo político e de reformas institucionais, internamente processadas por cada governo nacional ou respectivas entidades descentralizadas, que deverá conduzir ao estabelecimento efetivo do novo sistema europeu de educação superior, até 2010, incluindo atualmente quarenta e cinco países (isto é, todos os da UE e, ainda, dezoito países europeus não pertencentes à UE)” (LIMA; AZEVEDO; CATANI, 2008, p. 10)

⁵ Segundo o MEC, o MARCA “foi desenvolvido e implementado pelo Setor Educacional do Mercosul (SEM) como uma das ações voltadas para a mobilidade entre instituições e países e para a melhoria da qualidade acadêmica, por meio de sistemas de avaliação e credenciamento. A promoção da cooperação internacional entre instituições de ensino superior e entre cursos de qualidade avaliada e aprovada pelo SEM é uma forma de incentivo à integração regional e à melhoria da formação de recursos humanos qualificados para o desenvolvimento do Mercosul” (MEC, 08 abr 2009).

⁶ No Brasil, por exemplo, existe um Sistema Federal de Ensino Superior, formado pelas Instituições Federais de Educação Superior (IFES) e pelas demais instituições de ensino superior particulares. Cada

de educação superior regional e, concomitantemente, criar mecanismos de reconhecimento e mobilidade em relação a outras regiões e países, inclusive ao Espaço Europeu de Educação Superior que se encaminha para sua conclusão em 2010.

1. Integração Regional: breve discussão

A integração regional, sob o formato de um bloco de países, é uma política pública comum a um conjunto de Estados com vistas, segundo as referências do modelo de integração, à cooperação solidária ou à competição. De maneira reflexa, as políticas de integração regional influenciam a formulação das políticas públicas nacionais que, por sua vez, reforçam ou desestimulam a mesma integração.

Por isso, entre outras complexidades, deve-se estar atento a história dos países envolvidos no processo de integração, pois mesmo antes da formação dos Estados Nacionais, há o registro de diversos movimentos de fustigação e de alianças entre etnias, povos e países. Vários eventos na América Latina demonstram um efeito “pendular” na relação de vizinhança, experimentando-se aproximações e distanciamentos.

Nesse sentido, com vistas a uma reflexão pró-positiva, dispensem-se menções às guerras e aos entreveros havidos na América Latina e Caribe (ALC) e cite-se os movimentos de integração, podem ser lembradas iniciativas como a aliança estratégica entre Argentina, Brasil e Chile (ABC), a Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC), a Associação Latino-Americana de Integração (ALADI), chegando, atualmente, a Comunidade Andina de Nações (CAN), o Mercosul, CARICOM e a Comunidade Sul Americana de Nações (CASA).

Estado da Federação pode constituir seu próprio sistema a partir da criação de Instituições Estaduais de Educação Superior (IEES). Vale lembrar que os sistemas estaduais são muito heterogêneos. A título ilustrativo, Brito Cruz afirma que somente a USP (Universidade de São Paulo), pertencente ao sistema estadual paulista, foi responsável, em 2004, pela formação de 2.103 doutores (2006, p. 49). Marchelli, baseado em Guimarães, Lourenço e Cosac, afirma que “seis em cada dez pesquisadores doutores ativos no País, no ano de 2000, foram formados por instituições do Estado de São Paulo. Somente a Universidade de São Paulo foi responsável por 37% dos doutorados obtidos [em 2000]” (Marchelli, 2005, p. 9)

Do ponto de vista econômico e político, ALC tem se organizado em blocos sub-regionais, de maneira mais acelerada desde a década de 1990, em um ambiente de abertura e de mundialização do capital. Esse fenômeno tem sido chamado de “Regionalismo Aberto” ou “Integração Aberta”, conforme lembra Carmen García Guadilla na obra *Tensisones y Transiciones: educación superior latinoamericana em los albores del tercer milênio*, pois “a região teve que promover sua integração regional e/ou sub-regional e, ao mesmo, abrir-se aos mercados internacionais simultaneamente” (2005, p. 12).

Com relação ao campo acadêmico, no entanto, as IES latino-americanas e caribenhas não podem aceitar um papel subalterno na produção científica e tecnológica, pois não se pode repetir o que está ocorrendo na Europa: uma integração universitária em duas velocidades, em que alguns países seriam os produtores de ciência e tecnologia e outros somente replicadores do produto⁷. Ou seja, as IES da ALC necessitam estar atentas às questões locais sem descartar o domínio do conhecimento mais sofisticado e avançado.

Não é desconhecido o caminho de se combinar a produção de conhecimento baseada nos problemas locais em diálogo com a ciência global. A conhecida frase de Tolstoi o demonstra: “se queres ser universal, fala da tua aldeia”. Não se trata de um “canto” vazio, o conjunto acadêmico da América Latina e Caribe não necessita adotar um tipo de modelo único de produção da ciência ou eleger, somente, objetos de pesquisa “consagrados” em matrizes dos países centrais. Os problemas de pesquisas trabalhados pelos pesquisadores e grupos regionais/locais, em cooperação internacional ou não, adquirem a categoria universalizada a partir do momento em que

⁷ Alberto Amaral infere que, ao tratar sobre a construção do Espaço de Educação Superior na Europa, também conhecido como Processo de Bolonha, “Portugal ‘dedicar-se-ia ao ensino primário e secundário e com alguma sorte teria, também, a leccionação do primeiro ciclo de Bolonha’. Os melhores alunos poderiam concluir depois os estudos, nomeadamente o mestrado e doutoramento, noutros países da União Européia ‘mais próximos da fronteira tecnológica’. Por outras palavras, o relatório da Comissão Européia, desenvolvido pelo grupo de trabalho *Implementation of Education and Training 2010 - Work Programme*, propõe que o ciclo da inovação seja retirado a Portugal, um país que se limitaria a perpetuar o ‘ciclo da imitação’. (...) existe mesmo ‘uma agenda oculta de Bolonha’. O pano de fundo para as transformações que se avizinham nas Universidades e Politécnicos europeus é ‘a competitividade económica num sistema globalizado’ e ‘os problemas dos salários europeus muito elevados’. A ênfase é colocada no conceito de ‘empregabilidade’, o que confere ao indivíduo a total responsabilidade para conseguir um trabalho (Amaral, 23 nov. 2004, acesso em 10 maio 2009. Entrevista, internet).

os procedimentos e resultados de seus trabalhos, epistemologicamente coerentes, são comunicados aos pares e à sociedade com vistas ao pertinente avanço da ciência básica e aplicada. Dessa maneira, as temáticas correntes nas universidades latino-americanas e caribenhas não podem sofrer qualquer tipo de marginalização. Pois, a valorização do saber local em combinação com a ciência internacionalizada é o que pode permitir que a humanidade conheça melhor sua casa, sendo que, ressalte-se, os espaços geográficos mais ricos em biodiversidade situam-se justamente nos trópicos, conforme chama a atenção Mahendra M. Shah, “cientistas estimam que há entre 5 e 30 milhões de espécies biológicas na Terra, das quais menos de 1,75 milhão foram identificadas. Além disso, uma grande parte dessas espécies encontra-se em áreas tropicais, especialmente nos ecossistemas florestais” (2005, p. 46)⁸.

Dados como esses demonstram que as soluções para muitas dos problemas da humanidade, bem como, de um possível modelo de desenvolvimento sustentável podem ser encontrados em paralelos ao Sul dos, atualmente, principais centros de produção da ciência. Assim, para se ampliar o conhecimento e para se alcançar o desenvolvimento sustentável, inclusive no que refere às energias renováveis, depende, em grande medida, da valorização do saber local e da institucionalização da internacionalização solidária no campo da educação superior e da produção da ciência.

2. A Integração no Mercosul

Da minha aldeia vejo quanto da terra se pode ver no Universo...
Por isso a minha aldeia é tão grande como outra terra qualquer
Porque eu sou do tamanho do que vejo
E não, do tamanho da minha altura (...)
Fernando Pessoa

⁸ Scientists estimate that there are between 5 and 30 million biological species on Earth, of which only about 1,75 million have been identified thus far. Moreover, a large share of these is found in tropical areas, particularly forest ecosystems” (Mahendra M. Shah, 2005, p. 46).

A integração latinoamericana e caribenha não é um propósito exclusivo do Mercosul. Esse projeto tem antecedentes registrados na história. De maneira mais resoluto, a primeira iniciativa diplomática brasileira de integração foi a ABC, em 1915, reunindo Argentina, Brasil e Chile. A ABC tomou nova relevância na segunda metade do século XX, quando Juan Domingos Perón e Getúlio Vargas esforçaram-se para conformar um bloco político-econômico no Sul. Houve nova frustração devido a resistências internas tanto no Brasil como na Argentina⁹.

No princípio da década de 1960, os presidentes Arturo Frondizi (Argentina), Jânio Quadros (Brasil) e Jorge Alessandri (Chile) iniciaram tratativas de coordenação para a integração econômica. Esse trio de países mais México, Paraguai, Peru e Uruguai assinaram o **Tratado de Montevidéu** em 18 de fevereiro de 1960. Depois dessa, novamente frustrada, tentativa de concreção de um bloco econômico, a integração somente recobrará forte ânimo político em 1985 com os governos de Raúl Alfonsín (Argentina) e José Sarney (Brasil), culminando com a assinatura, em 1988, do **Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento** que previa, gradualmente, a formação no prazo de 10 anos de uma União Aduaneira, apoiada em políticas comuns no campo fiscal, cambial, monetário, agrícola e industrial, com vistas ao desenvolvimento harmônico entre os países signatários.

O **Tratado de Assunção**, de 1991, com a intenção de promover a liberalização do comércio em um bloco geográfico regional, assinado pelos representantes da Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, torna-se a alavanca para a formação de um Mercado Comum do Sul. Em 1994, esses mesmos quatro países decidem os termos da estrutura institucional do Mercosul com a forma de uma personalidade jurídica internacional, gerando o **Protocolo de Ouro Preto**, peça de acordo que baliza o livre comércio e a união aduaneira, principalmente com a adoção da Tarifa Externa Comum (TEC) para os quatro Estados Partes do Mercosul.

Dessa forma, o **Tratado de Assunção** é o ato de fundação oficial do **Mercosul**. Chama a atenção que a própria denominação do bloco regional demonstra o fulcro economicista na construção de um “Mercado Comum do Sul”. Esse pragmatismo,

⁹ Para se ter uma dimensão da oposição política aos líderes de Argentina e Brasil, Vargas, por motivação política, suicida-se em 1954 e Perón é derrubado por um golpe em 1955.

matizado pelo liberalismo econômico, pode ser creditado hegemonia de referenciais livre-cambistas nos anos 1990 na América Latina.

O Mercosul, com certas ressalvas, é considerado uma União Aduaneira, ou seja, é uma zona de livre comércio acrescida de uma política de comércio exterior comum, com vistas, conforme apresenta o Tratado de Assunção, em sua única consideração, a “ampliação das atuais dimensões de seus mercados nacionais, através da integração, constitui condição fundamental para acelerar seus processos de desenvolvimento econômico com justiça social” (MERCOSUL, Tratado de Assunção).

Dessa forma, infere-se que o desígnio maior dos formuladores do Mercosul não foi muito diferente do principal objetivo dos construtores da União Européia. Em suas origens, a União Européia procurou forjar uma aliança política entre as nações, baseado no objetivo de se promover a integração econômica e energética, com regulações que pudessem evitar novos conflitos advindos de divergências políticas históricas e do campo econômico.

Os países que compõem o Mercosul têm buscado um sendeiro semelhante ao trilhado pela União Européia, não deixando margem a dúvidas quanto as suas intenções de construir a integração política a partir da integração econômica, de acordo com o escopo dos atores sociais hegemônicos. Essas características explicam certo atraso na convergência regional das políticas culturais e educacionais ou, mesmo, a subordinação da estratégia da construção do Mercosul Educativo ao Mercosul econômico que poderia ser interpretado pela tradicional dicotomia da diplomacia internacional entre *high politics* (defesa externa, relações diplomáticas, tratados econômicos) e *low politics* (políticas sociais, educacionais e de bem-estar de maneira geral).

3. O Mercosul Educativo: uma proposta para além da estratégia comercial?

Para além de uma simples união aduaneira, apesar de o sentido econômico ser o principal moto orientador do Mercosul, os países do bloco projetam a integração regional em todos os campos. A Educação Superior, por ser um setor estratégico, faz

parte do projeto de integração. Para isso, os países integrantes dessa aliança regional vêm desenvolvendo o Mercosul Educativo que, na prática, surge com o Setor Educativo do Mercosul (SEM), criado em 13 de dezembro de 1991 por intermédio do Protocolo de Intenções assinado pelos Ministros de Educação dos países do Mercosul, com a finalidade de ser uma instância estratégica para o movimento efetivo de integração.

Até o momento, o SEM aprovou quatro planos estratégico para a educação no Mercosul. O primeiro plano foi aprovado em Ouro Preto, em 1991, com vigência até 1997. O segundo plano, nesse caso trienal, entrou em vigor em 1998. O terceiro plano, com validade para o período de 2001 a 2005, constituiu, de certo modo, um marco regulatório para o Mercosul Educativo. O quarto plano cobre o período de 2006 a 2010.

Os máximos dirigentes nacionais da área educativa no Mercosul assumem, com o **Compromisso de Gramado**, em setembro de 2000, ao originar o Terceiro Plano de Educação, a missão de formação um espaço de educação no âmbito do Mercosul com o sentido estratégico de se construir a cidadania regional, a mobilidade acadêmica, o intercâmbio, a promoção da qualidade educativa para todos, o respeito a diversidade e a justiça social. Essa missão consubstanciou-se, de fato, no segundo Plano de Ação do Setor Educativo do Mercosul para o período de 2001-2005. Para isso, estabeleceram-se três objetivos estratégicos:

1. Fortalecimiento de la conciencia ciudadana favorable al proceso de integración regional que valore la diversidad cultural.
2. Promoción de una educación de calidad para todos en la región y de políticas de formación y capacitación de recursos humanos competentes.
3. Conformación de un espacio educativo regional de cooperación solidaria. (MERCOSUL, Compromisso de Gramado).

O quarto plano de Educação para o Mercosul, apesar de ser mais longo e detalhado, abstém-se de utilizar no corpo do documento a expressão “espaço de educação comum”. Esta timidez poderia revelar um enfraquecimento da vontade de integração na área educativa, entretanto essa intenção estratégica fica patente na introdução do Plano do Setor Educativo do Mercosul 2006-2010, ao rememorar que missão do SEM é:

Conformar un espacio educativo común, a través de la concertación de políticas que articulen la educación con el proceso de integración del MERCOSUR, estimulando la movilidad, el intercambio y la formación de una identidad y ciudadanía regional, con el objeto de lograr una educación de calidad para todos, con atención especial a los sectores más vulnerables en un proceso de desarrollo con justicia social y respeto a la diversidad cultural de los pueblos de la región [sem grifos no original] (REPÚBLICA ORIENTAL DEL URUGUAY, 2007, p. 36).

Mesmo que no corpo do Plano não esteja explícita a vontade de se construir um espaço comum de educação superior, o documento tenciona nesse sentido, pois em várias passagens esse espírito está presente no documento. É o que se pode deduzir, por exemplo, do constante nos objetivos estratégicos para o período de 2006 a 2010:

- 1 Contribuir a la integración regional acordando y ejecutando políticas educativas que promuevan una ciudadanía regional, una cultura de paz y el respeto a la democracia, a los derechos humanos y al medio ambiente.
- 2 Promover la educación de calidad para todos como factor de inclusión social, de desarrollo humano y productivo.
- 3 Promover la cooperación solidaria y el intercambio, para el mejoramiento de los sistemas educativos.
- 4 Impulsar y fortalecer programas de movilidad de estudiantes, pasantes, docentes, investigadores, gestores, directivos y profesionales.
- 5 Concertar políticas que articulen la educación con el proceso de integración del MERCOSUR.

As linhas estratégicas para se alcançar os objetivos anteriormente mencionados tampo explicitam a intenção de conformação de um espaço comum de educação superior, entretanto pode-se inferir que a integração da educação superior no Mercosul seria obra a se encarregar os atores sociais melhor posicionados no campo acadêmico regional, tais como as redes institucionais, os núcleos de excelência e os grupos de pesquisa internacionalizadas. As linhas estratégicas referentes ao terceiro objetivo são as que mais se aproximam do propósito de construção de um espaço comum de ES:

- 3.1. Conocimiento recíproco de las políticas educativas nacionales con miras a su concertación.
- 3.2. Impulso a investigaciones que permitan un mejor conocimiento de la realidad educativa de la región
- 3.3. Organización y fortalecimiento de redes (institucionales y académicas)

que faciliten el intercambio de información y de experiencias educativas para afianzar las capacidades nacionales y contribuir a la disminución de asimetrías.

3.4.Promoción y fortalecimiento de núcleos educativos y centros regionales de excelencia.

3.5.Intercambio de conocimientos y transferencia de tecnologías a partir de las fortalezas y complementariedades existentes.

Jorge Landinelli, em evento no CLACSO, em 2003, nota o forte papel que jogam as instituições universitárias e os grupos científicos consolidados para se alcançar sucesso no âmbito da integração no Mercosul. Em suas palavras,

La centralidad en los procesos de integración universitaria radica en las instituciones más complejas y sensibles a las tendencias modernizadoras de la educación superior, especialmente aquellas que han asumido responsabilidades centrales en la constitución de comunidades científicas que han actuado como dinamizadoras de los débiles sistemas científico-tecnológicos nacionales. En esos casos se han elaborado oportunidades para incorporar al quehacer universitario respuestas eficaces al fenómeno de la internacionalización y regionalización de la educación superior, sustentadas en principios de complementariedad entre instituciones, compatibilización de intereses entre equipos académicos, coordinación de capacidades científicas y cooperación en el desarrollo de iniciativas educacionales comunes, todo ello facilitado por la incorporación de las tecnologías electrónicas de la comunicación y la información. (2003, p. 4)

Se toma por pressuposto que o conjunto das Instituições de Educação Superior de cada país e seus pertinentes atores sociais pode ser compreendido como um campo social¹⁰, ou seja, um espaço estruturado de posições em que os atores sociais lutam entre si, travam relações e fazem alianças, a integração acadêmica regional, uma forma de internacionalização regulada por normas concertadas por um bloco de países, torna-se um catalisador para deslocamentos e (re)posicionamentos no campo acadêmico nacional, pois a integração suscita novas acomodações nas relações existentes e, por consequência, a conformação de um campo regional (supra-nacional) de educação superior. Conforme Bourdieu,

¹⁰ A exemplo da integração acadêmica na Europa por intermédio do Processo de Bolonha, o Espaço Europeu de Educação Superior pode vir a ser, a partir de 2010, um imenso campo social universitário.

A noção de *espaço* contém, em si, o princípio de uma apreensão *relacional* do mundo social: ela afirma, de fato, que toda a realidade que designa reside na *exterioridade mútua* dos elementos que a compõem. Os seres aparentes, diretamente visíveis, quer se trate de indivíduos quer de grupos, existem e subsistem na e pela *diferença*, isto é, enquanto ocupam *posições relativas* em um espaço de relações que, ainda que invisível e sempre difícil de expressar empiricamente, é a realidade mais real (*ens realissimum*, como dizia a escolástica) e o princípio real dos comportamentos dos indivíduos e dos grupos. (1996: 48-49).

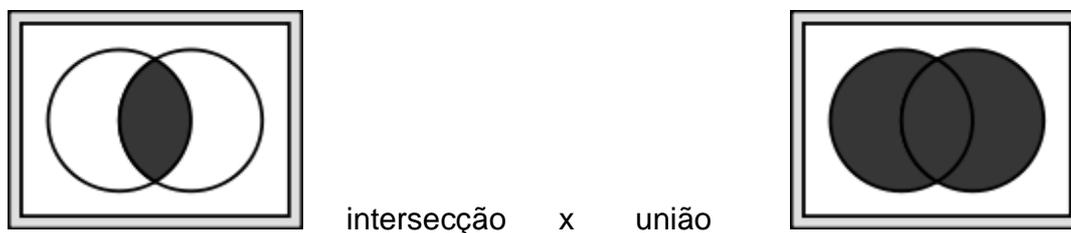
De maneira esquemática, a integração acadêmica na área compreendida pelos países do Mercosul pode significar, como em diagramas de conjuntos matemáticos, uma união, uma intersecção, uma diferença ou um complemento¹¹ de campos sociais acadêmicos nacionais. A integração somente com os atores sociais já internacionalizados, excluindo-se os demais, seria uma intersecção de elementos igualados pela avaliação positiva de seus próprios pares e por agências constituídas para tal fim.

Porém, independentemente da forma, mais ou menos “integrativa”, a formação de um espaço de educação superior no Mercosul acarretaria em maiores complexidades nas relações, alianças e lutas dos atores sociais envolvidos, mesmo no que refere aos atores que, potencialmente, não estejam ocupando os espaços sociais de potencial intersecção dos campos acadêmicos, cujas classificações seguiriam regras implícitas no jogo acadêmico e, formalmente, se submeteriam a processos de aferição da qualidade promovidos por agências e autoridades regionais¹².

¹¹ A integração não pode se tornar uma simples sobreposição de campos (ou conjuntos). Não se trataria, assim sendo, uma integração.

¹² Mais de 70% das matrículas em educação superior no Brasil são em instituições privadas que, em sua maioria, não figuram entre as IES de mais alto padrão de qualidade. Assim, tomando o Brasil como exemplo, sabendo que existe uma dualidade na oferta de educação superior e que a menor qualidade tem coincidido com as escolas ligadas aos interesses privados que procuram o lucro (nacionais ou transnacionalizados), pode-se inferir que grande parte da população estudantil brasileira da coorte correspondente à educação superior está sendo atendida pelos “provedores de educação superior” de menor qualidade, justamente aqueles que não estão situados no espaço de intersecção da qualidade

Figura 1. Diagrama de Venn demonstrando a Intersecção ou a União:



A formação de um espaço de educação superior tendo por base mecanismos de aferição da qualidade a partir da acreditação e da avaliação tem por objetivo regular o sistema pelo princípio da preservação da confiança entre os associados do bloco regional. Isto é, os formuladores das políticas de integração do Mercosul preferem partir da integração entre os grupos e atores sociais que se apresentam com os padrões mais elevados de qualidade para que a credibilidade e a confiança entre as partes sejam conservadas.

Preservadas as proporções, tanto em relação à quantidade de sistemas a serem integrados quanto à diversidade envolvida, o processo de integração da educação superior no Mercosul assemelha-se ao Processo de Bolonha da Europa, que tem reservado especial atenção à garantia da qualidade dos cursos, ao reconhecimento dos diplomas e à acreditação. Nesse sentido, os representantes do Mercosul no CMC criaram um sistema de avaliação regional a ser implantado proximamente, denominado ARCU-SUL¹³.

Entretanto, falta muito para que um espaço integrado de educação superior torne-se uma realidade no Mercosul. Até o momento, poucos alunos utilizaram-se do MEXA e do MARCA para fazer a mobilidade acadêmica e muito daquilo que se espera institucionalizar regionalmente é inexistente no âmbito dos Estados constituintes do Mercosul. Afinal, como fortalecer o conjunto (Mercosul) se as partes apresentam

¹³ A XXXIV reunião, de 30 jun. 2008, do Conselho do Mercado Comum, ao criar um sistema de avaliação para o “credenciamento de cursos de graduação para o reconhecimento da qualidade acadêmica”, consignou como um de seus princípios: “O Sistema de Credenciamento Regional de Cursos de Graduação do/s Estado/s Partes do MERCOSUL e Estados Associados, cuja denominação, doravante, é acordada como “Sistema ARCU-SUR”, será gerenciado no âmbito do Setor Educacional do MERCOSUL, respeitará as legislações de cada país e a autonomia das instituições universitárias. O sistema considerará aqueles cursos de graduação que tenham reconhecimento oficial e com graduados” (MERCOSUL-CMC, 30 jun. 2008, p. 3)

fragilidades até na integração nacional? Para tornar um pouco mais complexa a situação, existe o risco de as IES do bloco se subordinarem aos ditames das agências dos países centrais, desprezando os valores, a cultura, o saber e as demandas de desenvolvimento de onde elas estão localizadas.

Nesse sentido, o que se justifica como sendo o exercício da construção da confiança entre os sistemas nacionais de modo a se formar um sistema regional de educação superior pode se tornar um mercado de classificação e “labelização” da educação superior com vistas a um modo de regulação marcado, não pela solidariedade, mas pela competição e pela mercadorização, que segundo Knight, “A comercialização e a mercadorização da educação superior é considerada como o risco número um para todas as IES (...)” (KNIGHT, 2006, p.18) ¹⁴.

Enfim, se o exemplo pode servir para o Mercosul, o projeto de integração europeu, que teve por motivação inicial o fim das rivalidades entre países e nações, para se evitar a repetição dos conflitos havidos em campos de batalha, como guerras mundiais do século XX, pode estar se reduzindo a uma proposta de convergência de sistemas com vistas a ganhos de vantagens comparativas (competitivas) diante de terceiros países.

4. Considerações Finais

“Es fundamental la construcción de un Espacio de Encuentro Latinoamericano y Caribeño de Educación Superior (ENLACES), el cual debe formar parte de la agenda de los gobiernos y los organismos multilaterales de carácter regional. Ello es básico para alcanzar niveles superiores que apunten a aspectos fundamentales de la integración regional: (...)” (Declaração CRES 2008).

¹⁴ A UNESCO e a OCDE publicaram em conjunto um texto sobre a promoção da qualidade na educação superior em que afirmam: “procurem seus dispositivos de garantia da qualidade e convalidação abarquem as distintas modalidades de ensino transfronteiriço (...). Subscrevam acordos de convalidação, tomando como base a confiança e a compreensão mútua (...). Contemplem a possibilidade de adotar procedimentos relativos à composição internacional das bancas de examinação (...), empreender projetos conjuntos de avaliação que sirvam para melhorar a comparabilidade das atividades de avaliação de diferentes organismos de garantia de qualidade e convalidação” (apud AZEVEDO, 2006, p. 179 e 180).

A internacionalização, a regionalização, o respeito ao conhecimento local e a aceitação dos princípios do desenvolvimento sustentável dependem que as instituições universitárias conquistem definitivamente a autonomia, tenham qualidade, sejam inclusivas, solidárias e pertinentes socialmente, permitam-se a avaliação, promovam a igualdade e tenham por princípio que a educação é um bem público. Essas características são essenciais no processo de cumprimento das missões acadêmicas.

No concerto mundial das nações, as IES sediadas fora dos países centrais não podem aceitar um papel subalterno na produção científica e tecnológica, pois, atentar para as questões e o conhecimento locais não significa descartar o avanço na fronteira do conhecimento e o domínio da ciência universalizada. É sabido o caminho de se combinar a produção do saber fundamentada nos problemas locais em diálogo com a ciência global. Como afirma Dias Sobrinho, “en el encuentro creativo y simbiótico entre lo universal y lo local, en el campo de la ética se edifica la base para el desarrollo sostenible” (2008, p. 101).

Soluções para muitos dos problemas da humanidade, bem como, de um possível modelo de desenvolvimento sustentável, inclusive no que refere às energias renováveis podem ser encontrados em paralelos ao Sul (em blocos regionais ou não) e dependem, em grande medida, da valorização do saber local e da institucionalização da internacionalização solidária, contrariamente à transnacionalização da educação superior promovida, entre outras agências, pela Organização Mundial do Comércio (OMC) por intermédio do Acordo Geral de Comércio sobre Serviços (GATS).

Nesse sentido, destaque-se o papel que a avaliação e a acreditação têm desempenhado no processo de integração, que pode estar gerando uma tendência de formação de agências avaliadoras/acreditadoras focalizadas no espaço regional integrado. Essas agências teriam o papel de avaliar, acreditar e de cancelar (“labelizar”) as IES para suas ações em um ambiente internacional¹⁵. Entretanto, ao se

¹⁵ “Convergir para divergir, ou integrar para diferenciar, seriam os lemas mais adequados, no sentido de estabelecer uma dinâmica onde a rivalidade se torna imediatamente visível e comparável, traduzida na capacidade de atração de mais alunos e de certos tipos de alunos, designadamente estrangeiros, de captação de novos recursos financeiros, de projetos de prestação de serviços ao mercado, de conquista de novos mercados

considerar a educação superior como um bem público e o respeito do princípio da autonomia universitária, o modelo regulativo pode, alternativamente, em lugar de paradigmas reduzidos à competitividade, adotar a avaliação voluntária, formativa e participativa, com o sentido do auto-conhecimento e da solidariedade, descartando-se a “facilidade” e o imediatismo dos *rankings*¹⁶, um caminho curto que os formuladores de políticas públicas liberalizantes adotam para a formação de um ambiente de mercado de educação superior.

Enfim, a educação superior é um campo social estratégico para a formação de blocos regionais, a exemplo do Processo de Bolonha (Europa) e do Mercosul Educativo, com capacidade implícita para a internacionalização solidária, o respeito ao conhecimento local e a promoção do desenvolvimento em todos os âmbitos de acordo com os princípios da sustentabilidade. Entretanto, permanece o dilema, o modelo de integração dos campos nacionais de educação superior no Mercosul poderá implicar em uma “soma” (modelo amplo) ou em uma “intersecção” (modelo restritivo) dos campos sociais acadêmicos, que será, em última instância, conseqüência do modelo de integração (logo de de avaliação) a ser adotado: solidário ou competitivo.

MÁRIO LUIZ NEVES DE AZEVEDO

Professor no Programa de Pós-Graduação em Educação da UEM (Universidade Estadual de Maringá), doutor em educação pela USP, pesquisador visitante no IESALC-UNESCO (1º sem./2008) e bolsista-produtividade do CNPq.

Referências

AMARAL, A. Bolonha obrigará Portugal a desinvestir no Superior. **Jornal de Notícias**. Entrevista a Fernando Basto. Porto: 23 nov. 2004. Extraído de <http://jn.sapo.pt/paginainicial/interior.aspx?content_id=469463> Acesso em 10 maio 2009.

e públicos, de subida de posições nos rankings nacionais e europeus, e tudo isto independentemente das condições contextuais e de partida de cada instituição de educação superior” (LIMA, AZEVEDO; CATANI, 2008, p. 8).

¹⁶ Segundo o Dicionário Houaiss (Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2004), etimologicamente, *ranking* tem origem na língua inglesa (1862) e significa “estar em uma posição alta, estar próximo ao chefe” (Qual chefe? Eis a questão) .

AZEVEDO, M.L.N.. A formação de espaços regionais de educação superior: um olhar meridional - para o Mercosul. **Avaliação** (Campinas) [online]. 2008, vol.13, n.3, pp. 875-879. ISSN 1414-4077. doi: 10.1590/S1414-40772008000300019.

_____. A integração dos sistemas de educação superior na Europa: de Roma a Bolonha ou da integração econômica à integração acadêmica. In: **Reforma Universitária: dimensões e perspectivas**. SILVA JR, J.R; OLIVEIRA, J.F.; MANCEBO, D. Campinas-SP: Editora Alínea/Anped, 2006..

BOURDIEU, P. **Razões Práticas**: sobre a teoria da ação. Tradução Mariza Corrêa. Campinas:Papirus, 1996.

BRITO CRUZ, Carlos Henrique de. Pesquisa e Universidade. In: STEINER, J.E.; MALNIC, G. (Orgs.) **Ensino Superior**: conceito & dinâmica. São Paulo: EDUSP, 2006.

DIAS, Marco Antonio. El regional y el global: la articulación de la diversidad de funciones de la enseñanza superior. **RUSC** (Revista de Universidad y Sociedad del Conocimiento), volume monográfico: Universidades y desarrollo regional: el desafío en la era de la globalización de la enseñanza superior. Barcelona: Universitat Oberta de Catalunya. Vol. 4, n. 2, 2007. ISSN 1698-580X.

DIAS SOBRINHO, J. Calidad, Pertinencia y Responsabilidad Social de la Universidad Latinoamericana y Caribeña. In: GAZZOLA, Ana L.; DIDRIKSSON, Axel (orgs.). **Tendencias de la Educación Superior en América Latina y el Caribe**. Caracas: IESALC-UNESCO, 2008. (Livro preparado para a CRES 2008).

GUADILLA, Carmen G. **Tensiones y Transiciones**: educación superior latinoamericana en los albores del tercer milenio. 2ª. Ed. Caracas: CENDES/Nueva Sociedad, 2005

IESALC-UNESCO. **Proyecto Tendencias de La Educación Superior en América Latina y el Caribe**. Apresentado por Axel Didriksson. Caracas: IESALC, 2007 (mimeo).

_____. **Declaración de la Conferencia Regional de la Educación Superior en América Latina y el Caribe - Cres 2008**. Extraído de <www.iesalc.unesco.org.ve>. Acesso em 02 maio 2009.

KNIGHT, J. **Internationalization Survey** (preliminary findings report). Paris. Disponível em: www.unesco.org/iau. Acesso em 22 jan 2006.

LANDINELLI, Jorge. **Universidad e integración**: la perspectiva del MERCOSUR. Extraído de <<http://www.biblioteca.clacso.edu.ar>> Acesso em 22 mayo 2008. Buenos Aires: CLACSO, 2003.

_____. Notas sobre el Mecanismo de Acreditación de Carreras Universitarias en el MERCOSUR. **Seminario ALCUE: Mecanismos de Garantía de la Calidad y Códigos de Buenas Prácticas: Hacia un Reconocimiento Interregional**. Madrid, 21 y 22 de junio de 2007 (Mimeo).

LIMA, Licínio C.; AZEVEDO, M.L.N.; CATANI, A. M. O processo de Bolonha, a avaliação da educação superior e algumas considerações sobre a Universidade Nova. **Avaliação** (Campinas) [online]. 2008, vol.13, n.1, pp. 7-36. ISSN 1414-4077. doi: 10.1590/S1414-40772008000100002.

LOPEZ SEGRERA, Francisco. Tendencias de la educación superior en el mundo y en América Latina y el Caribe. **Avaliação** (Campinas) [online]. 2008, vol.13, n.2, pp. 267-291. ISSN 1414-4077. doi: 10.1590/S1414-40772008000200003.

MARCHELLI, Paulo Sérgio. Formação de doutores no Brasil e no Mundo: algumas comparações. **RBPG**. Brasília: v. 2, n. 3, p. 7-29, mar. 2005

MEC. **MARCA-Mobilidade Acadêmica Regional em Cursos Acreditados** (apresentação). Acesso em 08 abr 2009. Extraído de <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12285&ativo=551&Itemid=549>

MERCOSUL. **Tratado de Assunção**. Extraído de <http://www2.uol.com.br/actasoft/actamercosul/novo/tratado_de_assuncao.htm>, acesso em 13 maio 2008

_____. **Plano de Ação do Setor Educativo do Mercosul (2001-2005)**. Compromisso de Gramado, Extraído de <http://www.me.gov.ar/dnci/mercosul/docs/compromiso_de_gramado.rtf>, acesso em 15 mayo 2008)

_____. **Plano de Ação do Setor Educativo do Mercosul (2006-2010)**. Montevideo: República Oriental del Uruguay, 2007, p. 36 (mimeo)

_____. Portal Oficial. **Quem Somos**. <http://www.mercosur.int/msweb/portal%20intermediario/pt/index.htm> Acesso em 13 maio 2008

_____. **Acta da XXXV Reunião** (13 jun 2008) do Conselho do Mercado Comum. Extraído de http://www.sic.inep.gov.br/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=48&Itemid=32. Acesso 14 mayo 2009.

SOSA, Alberto J. **El MERCOSUR político: orígenes, evolución y perspectivas**. Extraído de: <www.amersur.org> Acesso 10 abr. 2009

Anexo:

a) Organograma do MERCOSUL

